

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM GUINÉ-BISSAU E O IMPACTO PARA AS LÍNGUAS ÉTNICAS

LANGUAGE POLICIES IN GUINEA-BISSAU AND THE IMPACT ON ETHNIC LANGUAGES

Velamina Fernando Paulo

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -Brasil

Gislene Lima Carvalho

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -Brasil

RESUMO

Guiné-Bissau é um país que, linguisticamente, está composto pela presença de dezenas de línguas e culturas distintas, que são utilizadas cotidianamente, os estudos realizados sobre o cenário linguístico do país, estimam que o território guineense agrega mais de 20 línguas, dentre as quais, destacamos as línguas endógenas, as línguas étnicas, pois, o país carece de políticas linguísticas que atentassem para o seu cenário plurilíngue. Sendo assim, o presente trabalho objetiva analisar o possível impacto que a falta de uma política linguística definida no país exerce sobre estas línguas e sua manutenção. Para que o objetivo fosse alcançado, aplicamos questionários a 36 estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, de diferentes cursos de graduação, entre a faixa etária de 25 a 30 anos, todos de nacionalidade guineense e etnia definida. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, apresentamos a multiplicidade e a complexidade no cenário linguístico guineense, tendo como base os seguintes autores: Couto e Embalo (2010), Benzinho e Rosa (2015) e Fonseca (2011). Quanto às políticas linguísticas, baseamo-nos em Calvet (2007) e Oliveira (2016) e Lagares (2018). Destacamos a Lei criada em 2017 que tem por objetivo o exclusivo uso do português na instituição pública, nomeadamente nas escolas, proibindo, assim, o uso da utilização das demais línguas nesses espaços. Durante a análise, percebemos, a partir da fala dos participantes, a repreensão sofrida por terem se comunicado em suas línguas étnicas, além de aspectos que demonstram que essas línguas estão com números reduzidos de falantes entre a camada mais jovem da população.

PALAVRAS-CHAVE

Línguas étnicas. Guiné-Bissau. Política Linguística.

ABSTRACT

Guinea-Bissau is a country that, linguistically, is composed of dozens of distinct languages and cultures, which are used daily. Studies carried out on the country's linguistic scenario estimate that the Guinean territory has more than 20 languages, among which we highlight the endogenous languages, the ethnic languages, since the country lacks linguistic policies that would take into account its multilingual scenario. Therefore, this study aims to analyze the possible impact that the lack of a defined linguistic policy in the country has on these languages and their maintenance. In order to achieve this objective, we applied questionnaires to 36 students from the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony - Unilab, from different undergraduate courses, between the ages of 25 and 30, all of Guinean nationality and defined ethnicity. During the development of the research, we presented the multiplicity and complexity in the Guinean linguistic

scenario, based on the following authors: Couto and Embalo (2010), Benzinho and Rosa (2015) and Fonseca (2011). Regarding linguistic policies, we based ourselves on Calvet (2007) and Oliveira (2016) and Lagares (2018). We highlight the law created in 2017 that aims at the exclusive use of Portuguese in public institutions, namely in schools, thus prohibiting the use of other languages in these spaces. During the analysis, we noticed, from the participants' speeches, the reprimand they suffered for having communicated in their ethnic languages, in addition to aspects that demonstrate that these languages have a reduced number of speakers among the youngest segment of the population.

KEYWORDS

Ethnic languages. Guinea Bissau. Linguistics Policies.

Introdução

A Guiné Bissau, como muitos países existentes no mundo a fora, apresenta um cenário linguístico diversificado. O país está situado na costa ocidental da África, com apenas 36.125km² de superfície e uma população estimada em dois milhões de habitantes. Faz fronteira ao norte com o Senegal, leste e sul com a Guiné-Conacri e ao oeste com Oceano Atlântico. Há, neste espaço, de acordo com estimativas de estudiosos e com o último censo realizado no país, entre 20 e 40 línguas coexistindo no país. Segundo Couto e Embalo (2010), são línguas pertencentes a diferentes famílias e algumas bem “aparentadas”.

De acordo com Augel (2007, p. 76), “apesar da pequena extensão do território, ali vivem dezenas de grupos e subgrupos étnicos muito heterogêneos, com suas culturas próprias, tradições e línguas locais que se diferenciam uma das outras”. Além das línguas étnicas, sem uma definição exata do seu papel social, se tem, atualmente, o português como a língua oficial e o guineense como língua franca, o que faz do país um espaço multilíngue e multicultural. Diante dessa realidade linguística complexa, e dos diferentes papéis exercidos pelas línguas presentes no território nacional, julga-se necessário e pertinente viabilizar reflexão sobre as políticas linguísticas voltadas ao multilinguíssimo em Guiné-Bissau, sobretudo referentes às línguas étnicas.

Strüssmann (2002) nos alerta que a consciência da importância da preservação de línguas minoritárias não é comum nos países multilíngues. Há, contudo, uma preocupação crescente sobre as políticas públicas nesses locais. Na Guiné-Bissau, ainda se encontram poucos estudos sobre o tema. Diallo (2007), nos chama atenção da não existência de uma política de língua definida no país. Porém não podemos deixar de dar atenção às leis criadas com o intuito de proibir o uso do guineense e das demais línguas étnicas em determinados espaços públicos, como é o caso do Decreto-Lei nº 7/2007 de 12 de novembro. Assim, vale a pena refletir sobre essas políticas, relacioná-las à realidade guineense e seu impacto para as línguas locais.

Para tanto, o trabalho em questão pretende refletir a respeito das políticas linguísticas guineenses desenvolvidas por parte do Estado e seus impactos sobre as línguas guineenses, sobretudo as étnicas, e sua proibição de uso nas escolas e nos espaços públicos. Pretendemos entender de que modo a não definição de uma política linguística que visa preservação e promoção das línguas nacionais impacta sobre as línguas étnicas.

Este artigo está organizado em seis seções: introdução; *Contexto sociolinguístico de Guiné-Bissau*, no qual nomeamos as localidades em que há forte presença de cada grupo étnico, suas línguas e percentagem de números de falantes; Em *As políticas Linguísticas em Guiné-Bissau*, trazemos a definição de língua minoritária e minorizada, aplicando o exemplo do país, conceito das políticas linguísticas, a falta da definição de uma política linguística baseada da realidade linguística da Guiné Bissau e o impacto exercido por essa ausência sobre as línguas minorizadas. Em *Procedimentos metodológicos*, apresentamos os caminhos percorridos para a realização deste trabalho; Seguimos com a *Análise dos dados* na qual realizamos a análise dos questionários aplicados durante o desenvolvimento do trabalho e, por fim, as *Considerações finais*, na qual tecemos observações e considerações sobre nossos resultados.

1. Contexto sociolinguístico de Guiné-Bissau

Para contextualizar o mosaico linguístico guineense, buscamos em Benzinho e Rosa (2015), a organização étnica e geográfica do país. Sabe-se que a Guiné-Bissau está dividida em oito Regiões, nomeadamente, Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali e o Setor Autónomo de Bissau, capital do país. As regiões citadas se dividem em 36 setores e estes, por sua vez, em várias secções, compostas por Tabancas (aldeias). As etnias presentes em Guiné-Bissau estão situadas nas regiões e cada uma delas possui língua e cultura próprias. Segundo o último censo realizado no país, em 2009, esses grupos estão situados em diferentes regiões do país.

A etnia Fula, por exemplo, vive essencialmente no leste do país – Gabú e Bafatá enquanto que a etnia Balanta se encontra principalmente nas regiões sul (Catió) e norte (Oio); a Mandinga no norte do país; a Papel na região de Biombo; a Manjaca na região de Cacheu. A etnia Beafada se localiza na região de Quínara; a Mancanha, apesar da pequena percentagem, encontra-se dispersa nas seguintes regiões: Cacheu, Quínara e Bolama. A etnia Bijagó vive no Arquipélago dos Bijagós. Além dessas, há outras etnias, como: Felupe Mansoanca ou Balanta Mane, Nalu, Saracolé e Sosso, com reduzido números de falantes, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Etnias de Guiné-Bissau e seus falantes

LÍNGUA/ETNIA	PERCENTAGEM DE FALANTES
Fula	28,5%
Balanta	22,5%
Mandinga	14,7%
Pepel	9,1%
Manjaco	8,3%
Biafada	3,5%
Mancanhe	3,1%
Bijagó	2,15%
Felupe	1,7%
Nansoanca	1,4%
Nalu	- 1%
Sosso	-1%

Saraculé	-1%
----------	-----

Fonte: Benzinho e Rosa (2015).

Dentre as diversas línguas existentes no país, o guineense é o mais falado pela maior parte da população, de acordo com Scantamburlo (2002). É também considerada a língua da identidade nacional, da expressão cultural e dos valores nacionais (Infante, 2001, p. 239). Acredita-se que mais de 90% da população guineense se comunica através do guineense. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística realizada em 2009, o guineense é falado por aproximadamente 90,4% da população, INE (2009, P.36). A língua guineense se faz presente também no ensino, de maneira informal, na tentativa de fazer o aluno compreender o conteúdo, já que nem todos têm contato com a língua portuguesa antes de frequentarem a escola.

O português, por sua vez, é a única língua oficial, ou seja, é a língua na qual estão redigidos todos os documentos públicos e é, oficialmente, a língua de ensino e aprendizagem (Scantamburlo, 2013, p. 1). No entanto, apesar de oficial, estima-se que pouco mais de 10% da população fala ou tem domínio da língua. Com base nesse descompasso linguístico, sancionou-se o Decreto-Lei nº 7/2007, de 12 de novembro de 2007, obriga a utilização da língua portuguesa em todas as instituições públicas, nomeadamente nas escolas e, especialmente, dentro da sala aula e no recinto escolar (Fonseca, 2011, p.92). Sobre a LP,

Após independência, por determinação do Estado, a língua portuguesa falada por cerca de 10% da população guineense configura-se como língua oficial, ensinada nas escolas e de prestígio, enquanto que o guineense e as línguas étnicas, faladas por cerca de 90% da população, são consideradas línguas menos prestigiadas e sem “qualquer” representação oficial do Estado. (AUGEL, 1998, p. 69).

Para Fishman (1979), as línguas que convivem em um contexto multilíngue vivem uma disputa em diferentes espaços institucionais (famílias, instituições de ensino, instituições religiosas, hospitais/postos de saúde, órgãos administrativos, Assembleia Nacional), ou nos diferentes espaços. Assim sendo, esta disputa não se faz ausente na Guiné Bissau, as línguas presentes no território nacional dividem espaços entre si, embora de modo não equivalente. O português é usado, em Guiné-Bissau, em situações e assuntos formais, empregado pelo governo nos atos de grande envergadura e na elaboração dos documentos oficiais, falado por uma pequena parte da população.

A esse respeito, Embaló (2008) ainda salienta que as línguas guineenses, em especial o guineense, são utilizadas para a transmissão de conhecimentos ancestrais, tradições e, portanto, é um fator a identidade. Apesar de serem línguas com diferentes funções e *status* social, elas se complementam. Enquanto o guineense é a língua da unidade nacional, ou seja, a língua de encontro entre todos os grupos étnicos existentes no território, as línguas étnicas traduzem manifestações culturais e servem à comunicação restrita aos grupos. Muitas das vezes, o domínio das duas línguas se dá de forma simultânea (guineense-étnico), para outros (étnico-guineense). Para aqueles cujo o ambiente marcado pela convivência de ambas as línguas. Sobre isso, Carioca (2015) comenta:

Já o domínio social do crioulo, como referido anteriormente, acontece pelo seu status de conduzir a unidade linguística nacional, sendo considerada a verdadeira língua

franca do país. Nas comunidades urbanas, quando o indivíduo não o tem como língua materna, é adquirido muito cedo, o que ocorre muitas vezes concomitantemente com uma língua nativa. Seu uso no comércio, nos serviços públicos, na literatura informal, nas composições musicais, no Parlamento, no discurso político, na televisão, no rádio etc. colabora para a continuidade desse *status*". (Carioca, 2015. p. 137).

O senhor Antônio Spencer Embaló, atual secretário da cultura da guiné Bissau, em sua entrevista à ONU News Bissau¹, realizada em 25 de fevereiro de 2020, comenta que, na sua época em que estudava, o processo de aprendizagem se realizava exclusivamente em português, e que eram obrigados a deixar o crioulo e as demais línguas "no portão da escola", situação que perdura até hoje.

Entretanto, cabe ressaltar que nem todos tiveram a chance de ter o contato com o português além da escola. Na maioria das vezes a maior parte dos alunos só tem contato com o português a partir de sete anos de idade, ou seja, quando frequenta a primeira série do ensino fundamental. Significa que o aluno vai para a escola com o domínio de outras línguas, tais como: a sua língua étnica e o guineense, língua franca. Estes estudantes, ao chegar na escola, deparam-se com esta realidade que o/a submete ao aprendizado através de uma língua que o aluno nunca sequer teve contato. O caso se agrava ainda, visto que o uso se sua L1 é proibida, ou seja, oficialmente ele não pode usar as línguas que domina, via decreto-lei nº 7/2007 de 12 de novembro de 2007.

Entendido o contexto sociolinguístico de Guiné-Bissau, no tópico seguinte discutiremos o cenário linguística guineense quanto às políticas linguísticas e o espaço ocupado pelas línguas presentes no território nacional no que diz respeito ao prestígio.

2. As políticas linguísticas em Guiné-Bissau

Ponso (2017, p.193) chama a atenção da importância de fazer a distinção entre língua minoritária e língua minorizada. A autora considera o primeiro relacionado a questão demográfica. Ainda salienta que: Pode haver línguas minoritárias com estatuto de oficiais ou não, e a língua minorizada é qualquer língua que, dividindo o espaço geográfico com outra ou outras, tem alguns de seus usos restringidos.

Calaforra (2003), apresenta três características das comunidades minorizadas, quais sejam: (a) normas sociais restritivas em relação ao próprio uso – isto é, essa língua não se pode usar em determinados âmbitos – contra as normas de amplo uso características da língua dominante; (b) bilinguismo unilateral dos membros dessa comunidade, isto é, falantes da língua minoritária têm em seu repertório a língua própria e a dominante, enquanto que os falantes dessa última tendem a ser falantes monolíngues; (c) como resultado da situação acima, a comunidade linguística minorizada se torna um subconjunto da dominante.

Sendo assim, no contexto guineense se pode considerar, no caso, que as línguas étnicas são minorizadas pelo fato de seu uso ser proibida em situações formais, restringida ao seio familiar, ou seja, a língua que deve ser usada em casa e nos contextos informais. Apesar de "assumirem grande protagonismo no convívio e na comunicação do dia a dia" (Couto e Embalo, 2010).

¹ Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f9o80vsvEIQ&t=9s>

Contudo, o sistema educativo guineense tem se desencadeado empenho para o ensino da língua portuguesa no ambiente escolar, o seu domínio sobre as outras línguas é constatado apenas no que concerne ao *status* (oficial). Porém minoritária comparada com o guineense e as línguas étnicas pelo menor número da população que a fala. Diallo (2007) mostra que “mesmo com a exclusividade da oficialização do português, ele convive sobre bases sociais estreitas”. Lopes, (1988, p. 227) lembra que “o crioulo durante a longa noite colonial foi sistematicamente desprezado, considerado um dialeto redutível ao português, falado por africanos, proibido no ensino”. Segundo Lagares (2018, p.25)

a realidade linguística do mundo é complexa, essa diversidade que para muitos pode chegar a ser asfixiante, está sob constante ameaça de projetos unificadores, para as quais a existência de comunidades linguísticas diferenciadas que se reconhecem como tais constitui um elemento perigoso de desagregação. (Lagares, 2018, p.25).

Referente à Guiné-Bissau, as políticas linguísticas existentes no país partem da iniciativa individual e das ONGs. Para Diallo (2007), há ausência da política linguística definida no país. A falta de políticas nacionais por parte do poder local para a definição do papel de cada língua na sociedade guineense, falta engajamento na elaboração de ações estratégicas para lidar o multilinguíssimo, a oficialização exclusiva da língua portuguesa e a proibição do uso do guineense e as demais línguas em determinados espaços públicos, inclusive nas escolas, têm gerado impacto sobre as línguas étnicas. Esta falta tem gerado discussão políticas sobre os destinos das línguas e preocupação por parte dos estudiosos. Para o linguista Hildo Couto (1990, p. 56) “o que ocorre na Guiné-Bissau em termos de planejamento e política linguística é o dilema de todo país multilíngue”

Apesar de todo esse dilema, é necessário darmos atenção e pensar as leis criadas com o intuito de prestigiar uma única língua (o português) e oprimir as outras, alegando que é para o aprimoramento e o domínio excelente da língua portuguesa. Calvet (2007) nos chama atenção que o Estado sempre elege essa ou aquela língua, escolhendo governar numa sociedade, impondo à maioria a língua de uma minoria. Por outro lado, o autor salienta que “ao tomar uma decisão, fazer uma escolha, é preciso fazer com que ela se encaixe nos fatos”. Ou seja, as políticas linguísticas precisam ser pensadas a partir da realidade linguística em que são desenvolvidas e aplicadas.

Acredita-se que a limitação do espaço do uso das línguas étnicas guineense, ou seja, a língua que deve ser usado somente em casa. Por outro lado, a ideia de que, falar essa língua é equivalente a uma pessoa arcaica e não culta, considera-se que esses eventos podem contribuir para a extinção futura dessas línguas. Para Couper (1997, p. 132) uma língua para se tornar homogênea para uma determinada comunidade não é especificamente no âmbito familiar, mas os âmbitos do uso situados fora do lar.

Algo que Storto (2018) chama atenção é que isso constitui um risco para os idiomas de transmissão oral, as consequências desse processo são desastrosas. “O conhecimento é passado de geração a geração principalmente através de narrativas contadas pelos mais velhos e experientes aos mais novos”. A autora ainda acrescenta que: “quando os mais velhos deixam de utilizar determinada língua e as crianças de aprender, o resultado é o desaparecimento do idioma”.

No contexto da Guiné Bissau, considera-se que a língua guineense e as étnicas são minorizadas, ou seja, apesar de serem as mais faladas no país em relação a língua portuguesa, não desfrutam do mesmo prestígio que o português desfruta e muitas das vezes seus usos são restringidos em diversos

espaços públicos, como relatados nas falas dos participantes que serão apresentadas na seção de análise de dados. A seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa.

3. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa classifica-se como de abordagem qualitativa, pois, apesar de nos apoiarmos em quantidades, a análise se centrará nos impactos que estes dados demonstram sobre as línguas étnicas guineenses. É de caráter exploratória, pois buscamos compreender um problema a partir da participação dos falantes das línguas étnicas e de suas experiências sobre elas.

Como instrumento para o levantamento dos dados, optamos pela aplicação de questionários eletrônicos estruturados, enviados via Google Forms devido ao contexto de pandemia por Covid-19. O questionário foi respondido, de forma online, por trinta e seis (36) estudantes guineenses da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira- Unilab, localizada em Redenção-Ceará. Todos os participantes são residentes no Brasil, com faixa etária entre 25 e 30 anos de idade.

Após a resposta dos participantes às perguntas acima, passamos à análise buscando elementos que apontem a diversidade étnica e linguística de Guiné-Bissau e como as línguas minorizadas são tratadas pelo Estado e como estas são vistas por seus próprios falantes.

3.1. Análise dos dados

De acordo com as respostas obtidas por meio dos questionários aplicados, analisaremos o impacto causado pela falta de uma política linguística definida em Guiné-Bissau que objetive a preservação e o fortalecimento das línguas étnicas, a partir de relatos de falantes dessas línguas. Inicialmente, buscamos identificar a língua étnica do participante com a pergunta 1. *Qual sua etnia e língua étnica?* As respostas e a quantidade respectiva a cada língua estão apresentadas abaixo.

Quadro 2 - Etnias dos participantes e a quantidade referente a cada língua

ETNIA	QUANTIDADE DE PARTICIPANTE
Balanta	13
Pepel	11
Fula	2
Bijagó	2
Mancanha	3
Manjaco	4
Papel Balanta	1

Fonte: Elaboração própria.

No quadro apresentado cima, percebemos a participação de falantes de sete (7) etnias. Comparando ao quadro apresentado no tópico dois (2) deste trabalho, percebemos a multiplicidade linguística presente em Guiné-Bissau, uma vez que de 36 participantes, há representantes de 7 etnias distintas. Ainda que este número seja menos da metade das línguas presentes no país. Percebemos, ainda que os participantes desta pesquisa pertencem às etnias que apresentam maior números de falantes, em relação às outras etnias presentes no território nacional: balanta e pepel que, de acordo com Benzinho e Rosa (2015) possuem, respectivamente, 22,5% e 9,1% dos falantes. A língua étnica

mais falada, apontada pelos autores é a fula com 28,5%, da qual, nesta pesquisa, tivemos dois participantes.

Em seguida, perguntamos aos participantes se estes falam e/ou compreendem a língua de sua etnia. Nesta questão, desenvolvemos 3 diferentes opções: só comprehendo, falo e comprehendo, não falo e nem comprehendo. Assim, apresentamos no quadro abaixo as porcentagens de acordo as respostas adquiridas.

Quadro 3 – Porcentagem dos entrevistados de acordo com cada categoria

Fala e comprehende	83,3%
Só comprehende	11,1%
Não fala e nem comprehende	5,6%

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com as respostas adquiridas, 83,3% dos participantes afirmam falar e comprehender suas línguas étnicas. Um número considerável quando se pensa que não há interesse dos jovens em aprender e falar as línguas étnicas e, sobretudo, por não haver políticas de estado que visem ao ensino dessas línguas.

Por outro lado, 11,1% dos participantes declaram que só comprehendem, ou seja, não têm o domínio oral de suas línguas étnicas e 5,6% declaram não ter compreensão e nem domínio oral das suas línguas. Com base nas respostas desses declarantes, constata-se que há um processo de ‘apagamento’ dessas línguas já que não estão sendo passadas para parte da população jovem.

Sobre isso, podemos citar o relatório do Museu Goeldi², que alerta para a principal ameaça às línguas não ser o pouco número de pessoas que a falam, mas a falta de uso. Este é um dos motivos relatados pelos próprios participantes, como veremos na questão seguinte: *Se não fala, a que se deve o não conhecimento/uso da sua língua étnica?* Destacamos, no quadro a seguir, algumas das causas apontadas pelos participantes.

Quadro 4 – Causas do não uso das línguas étnicas (falas dos participantes)

“Cresci num ambiente onde praticamente não se fala frequentemente a língua papel”
“Falo razoavelmente, não tão bem, visto que, na minha cidade e no meio familiar, a minha língua étnica é pouco falada.”
“Meus pais são de etnias diferente, na minha casa a gente fala mais o crioulo, não fui ensinada a falar nenhuma das línguas.”
“Não falo papel por falta de convivência com as pessoas que falam essa língua”.
“Os meus pais não falavam conosco (<i>nessa língua</i>).”

Fonte: Elaboração própria.

² Museu Goeldi é uma instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil.

Através desses relatos, percebe-se que as línguas étnicas estão perdendo o seu espaço, principalmente na camada juvenil, ou seja, sua passagem para a nova geração pode e poderá se comprometer, sendo que estas pessoas não falantes não poderão passar para geração precedente e nem essa para a seguinte, assim, sucessivamente, eventos como estes que contribuem para o desaparecimento das línguas, esse processo pode não correr de forma acelerada, mas gradativa.

Percebemos que estes indivíduos não tiveram muito contacto com suas línguas no seio familiar (já que normalmente é o ambiente onde as línguas étnicas são mais faladas). Sendo assim, isso pode contribuir no que diz respeito à ameaça a cultura, porque é através da língua que aprendemos a cultura. Para Chauí (2006, p. 156) “A relação entre língua, identidade e cultura é imanente, uma vez que não há cultura sem língua e que a identidade é construída por meio desta e da cultura”.

Por outro lado, observa-se que possivelmente, não sejam somente estes participantes que enfrentam este dilema, como podemos perceber na fala de um dos participantes: “Os meus pais não falavam conosco.” Ou seja, não era só esse indivíduo presente naquele ambiente familiar, mesmo não sendo explicitados ou mencionados outros envolvidos, percebe-se através do marcação do pronome conosco, podendo se referir aos jovens, irmãos, por exemplo.

Perguntamos, a seguir, se alguém da família do participante fala a língua étnica e quem seria esse familiar. Nessa pergunta, foram apontados pais, irmãos, avós, tios, primos e todos da família. Todos os participantes declaram ter algum familiar que se comunica em sua língua étnica. Apesar de todos afirmarem ter pelo menos um familiar que se comunica em sua língua étnica, é possível observar o aumento de número em determinados categorias, ou seja, a maior percentagem se observa nas categorias: “meus pais”, “meus avós” e “minha avó”, comparada com as categorias “meu primo”, meus irmãos”. Possivelmente a comunicação na língua étnica se verifica mais entre os mais velhos.

Já que esse domínio tem maior concentração entre os mais velhos, o referido idioma corre o risco de, futuramente, desaparecer, quando esses morrem a língua morre junto, principalmente para as línguas de transmissão oral, como já nos alertava Storto (2018) citada no referencial deste trabalho. Apresentamos no quadro abaixo o número das respostas de acordo com cada categoria:

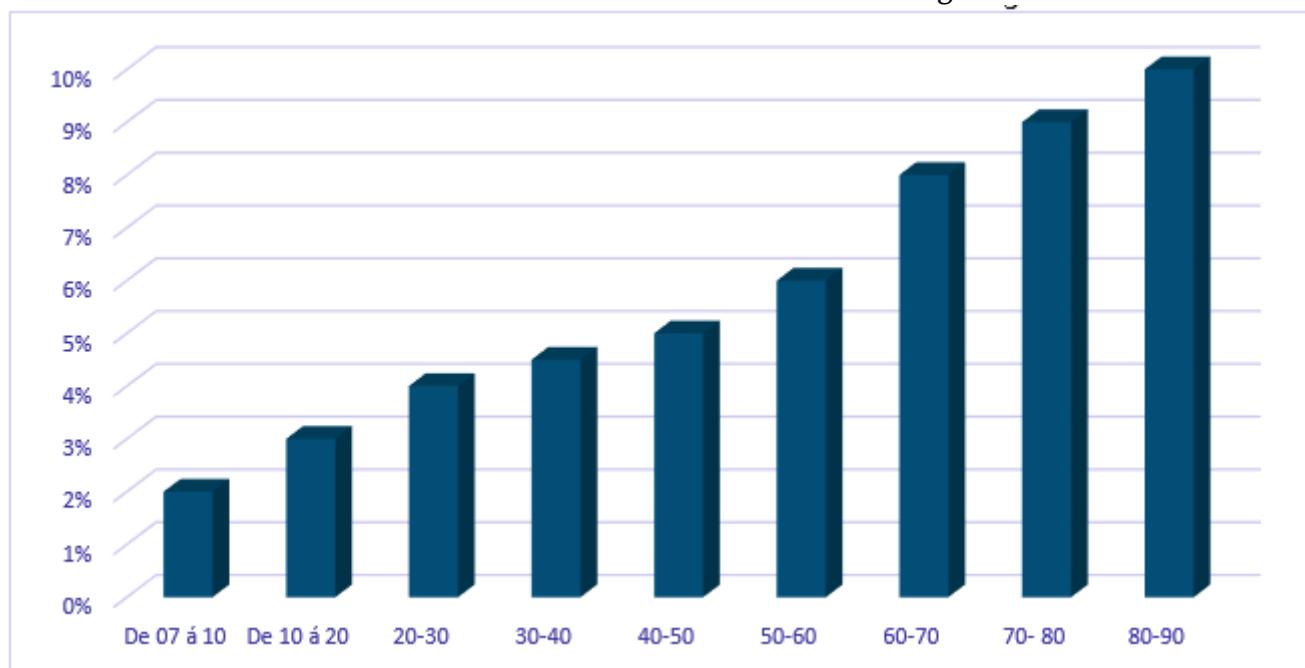
Quadro 5- Membros da família dos participantes que se comunicam em suas línguas étnicas

Membros	Nº
Meus pais	9
Meus irmãos	5
Meus avós	8
Meus primos	3
Meus tios	3
Todos	2
Minha irmã	2
Minha avó	4

Fonte: Elaboração própria.

Buscamos saber, então, se o participante conhece pessoas de sua geração que fazem uso da língua étnica. 97,2 % responderam que sim, 2,8% responderam que não. Isso mostra que, segundo os participantes, apesar da falta de políticas voltadas para o ensino e manutenção destas línguas. Elas ainda estão sendo passadas para a nova geração, tendo em conta a larga diferença entre as percentagens. Sobre isso, pedimos aos participantes que indicassem a faixa etária dos falantes das línguas em suas famílias. As respostas estão no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Faixa etária dos familiares falantes das línguas étnicas



Fonte: Elaboração própria.

Através do gráfico apresentado, de acordo com as respostas dadas pelos participantes, observa-se que quanto maior a faixa etária, maior a porcentagem, ou seja, a faixa etária entre 50 a 90 anos tem a predominância. Por outro lado, constata-se uma relação dessas respostas com os relatos das participantes sobre os motivos pelos quais não têm domínio sobre suas línguas étnicas, tais como: “meus pais são de etnias diferentes”, “na minha casa a gente fala mais o crioulo”, “não fui ensinada a falar nenhuma das línguas.”, “Os meus pais não falavam conosco.” Sendo assim, se as línguas não estão sendo passadas para a nova geração ou se a comunicação se detém só entre os mais velhos não tem como essas línguas se reproduzirem, ou seja, o destino é mesmo desaparecer

Visto que os jovens fazem uso de suas línguas, indagamos se já sofreram censura e/ou preconceito por parte de alguém por ter falado a sua língua étnica. Nesta questão, 90% dos participantes afirmam que já sofreram alguma censura por ter se comunicado em sua língua étnica. 10% declaram não ter sofrido. Apresentamos no quadro abaixo a transcrição das falas, relatando de que forma aconteceu esta censura.

Quadro 6 - Relatos das censuras sofridas pelos praticantes por falarem suas línguas étnicas

Relato 1	“Algumas vezes. Algumas pessoas zombam, outros chamam de tribalismo”
Relato 2	“Não sofri, mas vi a pessoas que sofreu disso, de forma subjetiva sem que ela se notasse”
Relato 3	“Sim, lembro que quando saí da minha ilha fui estudar no liceu peguei castigo por falar minha língua étnica no intervalo”
Relato 4	“Sim, muitas pessoas me diziam que as pessoas da ilha são atrasadas”
Relato 5	“Sim, aconteceu na escola quando o meu professor me obrigou-me a falar somente o português depois de ter percebido que eu e meu colega estávamos conversando através da nossa língua étnica”
Relato 6	“Sim, certa vez estava saindo da escola, encontrei minha tia, conversamos um pouco e nos despedimos, após o episódio meus colegas zombavam de mim”
Relato 7	“Sim, você é antiquado”
Relato 8	“Sim, dizem que o sotaque da minha língua étnica não me permite falar crioulo bem”
Relato 9	“Sim, sofri na escola, e na igreja, meus colegas diziam que não bateu as 16hrs. Ainda alegam que não deveria falar a minha língua étnica”.
Relato 10	“Sim, alguém falou aqui não é para falar balanta”
Relato 11	“Sim, na escola e na rua como um atrasado social”
Relato 12	“Sim” “Zuada”

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se, nesta questão, por meio dos relato dos participantes a forte presença de uma das características apresentadas por Calaforra (2003), em que comenta que uma comunidade linguística é dita minorizada quando a ela se apresentam norma de restrição quanto ao uso na sociedade, isto é, essa língua não se pode usar em determinados espaços, neste caso, em lugares de uso da língua oficial: escola, igreja. Por outro lado, a falta de conscientização do valor de sermos um país diversos linguisticamente faz com que a ideia de que falar essa língua é equivalente a uma pessoa arcaica, conforme podemos ver nos relatos. Aqui citamos Scantamburlo (2002, p. 126), quando diz que “o multilinguíssimo deve ser encarado como uma riqueza e não como prejuízo à unidade nacional”.

Por fim, indagamos aos participantes se estes têm conhecimento de alguma política linguística para a preservação da sua língua étnica por parte do Estado ou de algum órgão não governamental. Se sim, que indicasse tal política. Perguntamos também se eles creem que a língua está sendo passada e se correm risco de extinção.

Das 36 pessoas que participaram, todas afirmam não ter conhecimento de nenhuma política linguística que visa a preservação e promoção da sua língua étnica na Guiné-Bissau. Apenas um participante declarou conhecer uma política linguística denominada “Organização da língua mancanha”, desenvolvida na República do Senegal, país de língua francófona que faz fronteira com a Guiné-Bissau. Baseando nos dados acima apresentados, é possível constatar que não existe uma política linguística na Guiné Bissau, que visa a valorização das línguas nacionais. A única política citada por um participante refere-se a ações de outro país. Sobre a língua ser passada as novas gerações e quanto ao risco de extinção, os participantes deram as seguintes respostas.

Gráfico 2 – opinião dos participantes sobre a passagem das línguas étnicas às novas gerações

As línguas étnicas estão sendo passadas para as novas gerações?

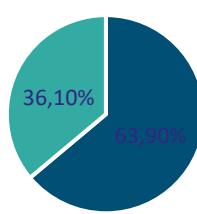


Fonte: Elaboração própria.

Os dados demonstram uma divisão de opiniões entre os informantes, com 55% acreditando que as línguas étnicas ainda estão sendo transmitidas às novas gerações, e 44% acreditando que não. Essa divergência reflete a complexidade do contexto sociolinguístico da Guiné-Bissau, onde fatores como localização geográfica, influência do português e do crioulo, prestígio social das línguas e práticas familiares influenciam a vitalidade das línguas étnicas. A percepção de perda linguística, embora minoritária, é significativa e aponta para a necessidade de políticas linguísticas e culturais mais eficazes para garantir a preservação e revitalização desses idiomas.

Gráfico 3 – opinião dos participantes sobre o risco de extinção das línguas étnicas

As línguas étnicas correm risco de extinção?



Fonte: Elaboração própria.

Percebemos que houve divisão de opinião, em que 55,60% afirmam que está sendo passada, enquanto que 44,40% afirmam que não. Constatase que a comunicação se concentra mais entre as pessoas mais velhas, percebidas através da faixa etária dos familiares dos participantes que se comunicam nestas línguas, em gráfico anterior. Na sequência, ao serem perguntados se suas línguas estão ameaçadas a extinção, mais de 60% dos participantes responderam que sim. Sendo assim, é possível perceber, através das falas dos participantes, que estas línguas estão ameaçadas a extinção pelo fato de não haver uma política linguística para a manutenção das mesmas, em contraste disso, existem leis que as proíbem de ser usadas em espaços públicos, como, por exemplo, na escola, e acordo com falas dos participantes que sofreram castigo só pelo fato de terem falado suas línguas no recinto escolar.

Pelo exposto, podemos perceber que não há políticas de ensino, valorização e manutenção das línguas étnicas guineenses. Nesse sentido, o impacto dessa falta de ação recai sobre as línguas na medida que seus falantes passam a ser vistos como “atrasados”, “antiquado” ou de menor prestígio por usarem suas línguas. Como consequência, citamos também o fato de que estas correm o risco de desaparecer, uma vez que se mantêm entre os mais velhos e já não entre grande parte da camada mais jovem.

Considerações finais

O principal objetivo desse artigo focaliza na observação do impacto exercida pela não definição de uma política linguística para a promoção e preservação das línguas étnicas guineense e as consequências geradas pelas leis que proíbem o seu uso em determinados espaços. Apesar da não definição das políticas linguísticas na Guiné Bissau, percebe-se que são realizadas e executadas ações sobre a língua quotidianamente.

Sendo assim, percebe-se que são várias ações sofridas pelas línguas étnicas guineenses, ações essas muitas das vezes executadas pela sociedade, percebidas a partir das falas dos participantes. As ações por parte do Estado são constatadas no sentido de proibir, através da criação das leis que oprimem essas línguas. Isso tem gerado impacto no que diz respeito ao silenciamento e desconstrução dos falantes dessas línguas, causando vergonha e desinteresse por parte da camada mais jovem. Oliveira (2016) já afirmava que as políticas não provêm apenas do Estado, podem partir, também, das igrejas, das empresas, das ONGs e associações, e até das famílias.

Sendo assim, concluímos que não há uma política linguística desenvolvida no país com o objetivo de preservar e promover as línguas étnicas, mas que há, ainda, a resistência dessas línguas por ações individuais da comunidade que escolhe utilizá-la. Faz-se necessário, portanto, que se pensem em ações que possam contribuir para conscientização populacional no que diz respeito à valorização da diversidade linguística e cultural presente no país e do direito linguístico que cabe a cada cidadão. Neste sentido, este trabalho buscou contribuir para a conscientização e reflexão sobre a manutenção e valorização das línguas étnicas guineenses e de seu uso por parte de seus falantes, mantendo, assim a língua e cultura que identifica cada falante.

Referências

AUGEL, M. P. **O desafio do Escombro:** nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

- BENZINHO, J.; ROSA, M. **Guia Turístico**: a descoberta da Guiné-Bissau. Coimbra: Ediliber, 2015.
- CALVET, L.-J. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. (Trad. de Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CALAFORRA, G. **Lengua y poder en las situaciones de minorización lingüística**. Universidade de Colômbia, 2003.
- CHAUÍ, M. A. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2006.
- COUTO, H. H.; EMBALO, F. Literatura, Língua e Cultura na Guiné Bissau: Um país de CPLP. **Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, n.20. Brasília, p.28-29, 2010.
- DIALLO, I. **Guiné-Bissau**: que papel e que lugar nas políticas nacionais de desenvolvimento e estratégias de integração Sub-regional? Bissau, INEP 2007.
- EMBALÓ, F. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e fator de identidade nacional. **Revista Papia**. São Paulo, N. 18, p.105-120, 2008.
- FISHMAN, J. The relationship between Micro-and Macro-Sociolinguistics in the Study of Who Speaks What Language to Whom and When. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (Ed.). **Sociolinguistics: selected readings**. 2. ed. Middx: Penguin Books, 1979.p.33-42.
- INE.Guiné-Bissau. **Recenseamento Geral da População e Habitação**. Bissau:INE, 2009.
- INFANTE, Francisco da Silva. Lingua, identidade e cultura nacional. **Revista brasileira de linguística**. São Paulo, vol.10, nº2, p.230-245, 2001.
- FONSECA, S. P. B. da. Educação para a Cidadania na Guiné-Bissau. **Revista Guineense de Educação e Cultura**. Bissau, vol.1, n.1, 2011.
- INFANTE, S. S. Identidade e segundas línguas: As identificações no discurso. SIGNORINI, I. (Org.). **Lingua(gem) e identidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2001, p. 231-259.
- LAGARES, X. C. **Lingua, Estado, Mercado**: Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.
- OLIVEIRA, G. M. de. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira. **ReVEL**, vol. 14, n. 26,2016.
- PONSO, C. L. **Situação Minoritária, População Minorizada, Língua Menor**: uma reflexão sobre a valoração do estatuto das línguas na situação de contato: 2017.
- SCANTAMBURLO, L. **O Léxico do Crioulo Guineense e as suas Relações com o Português**: o Ensino Bilingue Português-Crioulo Guineense.2013. Tese de doutorado. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciencias Sociais e Humanas. Lisboa, 2013.
- SCANTAMBURLO, L. **Dicionário do Guineense**: dicionário guineense – português; dicionário guinensi-purtuguis. v. 2. Lisboa: Colibri; Guiné-Bissau: FASPEBI, 2002.
- STORTO, L. **Línguas indígenas**: tradição, universais e diversidade. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2019.
- STRÜSSMANN, A. M. **Metade das línguas faladas no mundo sob ameaça de extinção**: Made for minds. Deutsche Welle:Bonn e Berlim. s.d.

Para citar este artigo: PAULO, Velamina; CARVALHO, Gislene Lima. Políticas linguísticas em Guiné-Bissau e o impacto para as línguas étnicas. **AXÉUNILAB: Revista Internacional de Estudos de Linguagens na Lusofonia**. São Francisco do Conde (BA), vol.01, nº01, p.136-150, jan./jun.2025. (Editores: Abias Alberto Catito - UEFS & Maurício Bernardo – UEFS ** Coordenação: Alexandre António Timbane)

Gislene Lima Carvalho, docente do Curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E-mail: gislene@unilab.edu.br

Velamina Fernando Paulo, graduada em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia afro-Brasileira, mestranda em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, E-mail: velamina@estudante.ufscar.br ou velaminaunilab@gmail.com